

15 / 1995

Índice

O IMAGINÁRIO DO IMPÉRIO

7 *Nota do director*

- 11 Juan Gil  
A apropriação da ideia de Império pelos reinos  
da Península Ibérica: Castela
- 31 António Manuel Hespanha  
Ascensão e queda do imaginário imperial
- 39 Valentim Alexandre  
A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)
- 53 Maria Irene Ramalho de Sousa Santos  
Um imperialismo de poetas. Fernando Pessoa e o imaginário  
do Império
- 79 Luís Moita  
Os centros e as periferias na ordem política internacional

*Estudos*

- 91 Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro  
Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado  
da Índia (1505-1834). Recrutamento e caracterização social
- 121 Arlindo Manuel Caldeira  
Poder e memória nacional. Heróis e vilões na mitologia salazarista

*Em debate: Abolicionismo (II)*

- 143 João Pedro Marques  
Avaliar as provas. Resposta a Valentim Alexandre
- 157 Valentim Alexandre  
«Crimes and misunderstandings». Réplica a João Pedro Marques

*Ensino da História*

- 171 Luís Filipe Santos  
Os programas de História no ensino secundário nas duas últimas décadas (1974-94)

*Leituras*

- 191 Recensões de Mafalda Soares da Cunha, Rui Santos,  
e José das Candeias Sales
- 199 *Notícias*

# O PODER E A MEMÓRIA NACIONAL. HERÓIS E VILÃOS NA MITOLOGIA SALAZARISTA<sup>a</sup>

Arlindo Manuel Caldeira

A História, nascida sob o tecto dos príncipes, não tem sido capaz de evitar, ao longo dos tempos, relações mais ou menos incestuosas com o poder. Parece aceitável que o Estado, e acontece assim em todos os regimes políticos, se aproveite da História para reforçar os laços de solidariedade nacional. A suspeição instala-se quando a utiliza em proveito próprio mais imediato, servindo-se da História para justificar formas abusivas de autoridade ou para caucionar decisões controversas.

Nos regimes autoritários e nacionalistas, por maioria de razão, a História ganha uma importância suplementar: não só a memória se torna a principal forma de legitimação do poder, como é ela própria «objectivo e instrumento de governo»<sup>1</sup>. Neste, e em muitos outros campos, o salazarismo não é excepção e, a exemplo de todos os Estados autoritários, usou e abusou da História como argumento político. Mais: pretendeu mesmo o controlo do passado, de forma a modelar uma memória nacional que servisse os seus projectos políticos.

É dessa ideologização directa e sistemática da História que trata este trabalho. Não é sua intenção, no entanto, abordar a produção historiográfica propriamente dita (a merecer outro tipo de aproximação), mas apenas o eco que alguma dessa produção teve em termos de divulgação histórica, ou, dito de outra forma, a representação do passado que o regime erigiu em passado nacional. Em termos cronológicos, a nossa análise, se bem que não tenha limites muito rígidos, raramente ultrapassará os anos 50.

<sup>a</sup> Uma versão abreviada deste artigo, em francês, foi apresentada no colóquio Salazar et l'*Estado Novo*, organizado pelo Centre d'Études Portugaises, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 10-12 de Maio de 1993.

Da mesma forma que consegue, na década de 30, a monopolização do poder político, o salazarismo conduz simultaneamente, e de forma convergente, um processo de hegemonização ideológica de que faz parte a imposição de um imaginário histórico colectivo. Podíamos dizer que, também aqui, há uma tentativa de normalização, transformando a diversidade de memórias numa só, a memória oficial, que se pretende fazer passar por memória nacional. Salazar vai tentá-lo, aparentemente com bons resultados, quando dispõe já de um controlo muito estrito da instituição escolar e dos meios de comunicação social, isto é, em meados dos anos 30. A prova da importância dada à existência de uma «História única» (o equivalente do partido único, na sua função neutralizadora) é a veemência com que nos Congressos da União Nacional e na Assembleia Nacional se denunciam, como crimes de lesa-pátria, todos os eventuais desvios.

A Escola e os *mass media* serão, como veremos um pouco mais adiante, apenas alguns dos veículos utilizados para inculcar a imagem do passado que se considera mais de acordo com os auto-intitulados *interesses nacionais*. Esses «interesses nacionais» passam a substituir o critério de objectividade, enquanto as exigências da crítica histórica são preteridas em favor de autênticos preceitos jurídicos. Um dos exemplos mais flagrantes desta bizarra metodologia da História é dada por um decreto de 1932, assinado pelo ministro da Educação Cordeiro Ramos e destinado a regulamentar «a exactidão das doutrinas a aplicar nos compêndios de História Pátria do ensino secundário e do ensino técnico profissional». Segundo o decreto, a História de Portugal não visava apenas ministrar conhecimentos mas também «formar portugueses», pelo que a sua acção tinha de ser «eminente-mente nacionalizadora», enquanto fora, até aí, «negativista e derrotista». Desta forma, «a Ditadura Nacional (...) entende que ao Estado compete fixar as normas a que deve obedecer o ensino da História», e que «o Estado pode e deve definir a verdade nacional, quer dizer a verdade que convém à Nação». Por isso, só serão aprovados pelo Estado os compêndios de História de Portugal que sigam os princípios expostos no decreto. Tudo, nesses compêndios, «deve contribuir para que os estudantes aprendam nas suas páginas a sentir que Portugal é a mais bela, a mais nobre e a mais valiosa das Pátrias, que os Portugueses não podem ter outro sentimento que não seja o de Portugal acima de tudo».

Apesar da extensão da citação, vale a pena ler ainda os três principais artigos do decreto: «Artigo 3º: Deve ser objecto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito através dos oito séculos da História de Portugal, no sentido de fortalecer os seguintes factores fundamentais da vida social: a

*Família*, como célula social; a *Fé*, como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento da unidade e solidariedade nacional; o *Princípio da autoridade*, como elemento indispensável do progresso geral; a *Firmeza do Governo*, espinha dorsal da vida política do País; o *Respeito da hierarquia*, condição básica da cooperação dos valores; e a *Cultura literária e científica*.

«Artigo 4º: Tudo quanto, pelo contrário, tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados, deve ser objecto de censura.

«Artigo 5º: Fica revogada a legislação em contrário»<sup>2</sup>.

Se o decreto citado surpreende pela sua sinceridade quase chocante, a verdade é que, no conteúdo, não se afasta muito dos princípios defendidos por um dos principais historiadores do regime, Alfredo Pimenta, que sintetizará assim a sua «filosofia da História»: «Se tenho de tomar uma verdade relativa, adopto a verdade que serve a minha Pátria e não a que pode prejudicá-la ou diminuí-la. Por isso, tenho para mim, sinto-o e proclamo-o que a minha Pátria é a mais bela, a mais nobre, a maior de todas as Pátrias»<sup>3</sup>.

Esta coincidência de pontos de vista não é estranha, uma vez que Alfredo Pimenta foi, provavelmente, um dos inspiradores do decreto de Cordeiro Ramos. De facto, a memória histórica do salazarismo é, na sua fase de formação, profundamente influenciada pelas correntes monárquicas e legitimistas reunidas em torno do Integralismo Lusitano.

Se quisermos, no entanto, fazer a genealogia desse discurso histórico, temos de recuar à segunda metade do século XIX, época em que são codificadas boa parte das convenções que vieram a ser incorporadas pelo Estado Novo e que, verdade seja dita, se prolongarão, em muitos aspectos, até aos nossos dias.

Foi num contexto particularmente grave da vida nacional, em que está comprometido o império colonial e ameaçada a própria soberania, foi nesse contexto, que a *intelligentsia* liberal (sobretudo a republicana, mas também a monárquica) se apercebeu de que a História podia ter um papel importante na coesão nacional e na mobilização das consciências. Teófilo Braga dizia, em 1882, que «Portugal, mais do que nenhum outro povo, precisa revigorar-se pelo conhecimento do passado»<sup>4</sup>. Tratava-se, ao fim e ao cabo, de utilizar o passado num esforço de «renacionalização» dos Portugueses que estimulasse a auto-estima colectiva e combatesse o desânimo generalizado, transformando a História de Portugal num elemento fundamental da formação moral e cívica, o *vademecum* da sobrevivência nacional. Percebeu-se igualmente que a forma mais mobilizadora de fazer passar essa mensagem era

através da acção das grandes figuras, mesmo que houvesse que proceder a inevitáveis mitificações, ao arripio do positivismo reinante. Vai assistir-se, assim, à consagração do tema do *herói*, entendido «como síntese polarizadora da comunidade nacional, objecto (e sujeito) simbólico de identificação colectiva»<sup>5</sup>. A campanha histórico-patriótica que decorre destes princípios será veiculada através do ensino, mas também através de publicações de grande divulgação, da música, da estatuária, das comemorações cívicas... São desse período os monumentos aos Restauradores (1886) e a Afonso de Albuquerque (1902), os túmulos de Camões e de Vasco da Gama nos Jerónimos (1898), as festas dos centenários de Camões (1880), do marquês de Pombal (1882), do infante D. Henrique (1894) e do descobrimento do caminho marítimo para a Índia (1898). E é também deste período, não nos esqueçamos, *A Portuguesa*, essa marcha de patriotismo exacerbado que a I República transformou em hino nacional e que, significativamente, o salazarismo aceitou, com a bandeira, sem protestos nem alterações.

O princípio da glorificação exaltada do passado nacional herdada do nacionalismo liberal convinha ao nacionalismo autoritário. O mesmo não acontecia, porém, com alguns dos seus conteúdos. A tradição oitocentista era liberal e laica, não manifestava nenhuma simpatia nem pela monarquia absoluta nem pelo predomínio eclesial e atribuía a ambos a decadência face à qual o liberalismo se autodefinia como aurora de libertação. Será contra esses «perigosos desvios» que os monárquicos tradicionalistas, uns apenas *compagnons de route* da primeira fase do salazarismo, outros fiéis seguidores de todo o seu percurso, aplicarão o esquadro da «boa doutrina». Dois desses autores integralistas, João Ameal e Rodrigues Cavalheiro, intitularão mesmo um dos seus livros *Erratas à História de Portugal*, onde defendem que, com a vitória da «facção liberal», «todo o património essencial da comunidade portuguesa sofreu o ataque violento dos novos iconoclastas». Propõem-se, por isso, «alvejar alguns dos principais temas da aversão ou da deformação liberais»<sup>6</sup>. Toda a intervenção de outros historiadores integralistas, antes e depois destas *Erratas*, vai essencialmente no mesmo sentido (é o que acontece, por exemplo, com Alfredo Pimenta, António Sardinha ou Caetano Beirão).

Uma das fontes que nos permitem avaliar os reflexos que essa «revisão» teve sobre a história oficial são os manuais escolares. A historiografia escolar é, de facto, um manancial inesgotável que nos oferece algumas surpresas, sobretudo porque os compêndios são espécies de grande resistência, adaptando-se com alguma facilidade a meios ecológicos muito diferenciados. É possível encontrar, assim, sucessivas reedições defendendo teses diferentes e até contraditórias, ao sabor das conjunturas.

Um dos campeões de sobrevivência é provavelmente o manual de História de Portugal para o ensino primário da autoria de Torres de Mascarenhas, de que conhecemos uma versão de 1888 (já em segunda edição), outra de 1912 e uma terceira de 1937, embora, neste último caso, tendo um co-autor que se encarregou de o remodelar e ampliar «de harmonia com os princípios de orientação educativa do Estado Novo»<sup>7</sup>. A comparação entre as várias edições (correspondendo, respectivamente, ao período monárquico, à I República e ao salazarismo) é particularmente esclarecedora<sup>8</sup>. Entre as edições de 1888 e de 1912 as diferenças em relação às questões mais sensíveis do ponto de vista ideológico não parecem significativas<sup>9</sup>. Em termos de desenvolvimento, a edição de 1888 dá mais atenção ao período anterior à formação de Portugal, bem como às minudências dinásticas (casamentos régios, origens familiares, etc.) e à personalidade dos monarcas. Isso não significa, porém, que seja mais elogiosa, mostrando-se, pelo contrário, mais exigente no que diz respeito ao carácter dos governantes, sobre o qual formula juízos de valor com maior frequência. As diferenças entre as edições de 1912 e de 1937 são bem mais relevantes. O tratamento dos reis, que estava longe de ser acintoso na edição de 1912, passa a ser quase reverente em 1937, sendo eliminadas as mínimas referências a defeitos da personalidade ou da actuação de qualquer monarca, procedendo-se a uma verdadeira idealização da função régia. Por outro lado, a expressão *regime absoluto* é substituída, com evidentes conotações positivas, por «regime tradicionalista», de acordo, é bem de ver, com os princípios doutrinários do Integralismo Lusitano. Outra alteração de fundo é a importância dada à religião e à Igreja católicas, que passam a ser associadas aos principais momentos da vida do País. Dessa forma, D. João III é elogiado pela introdução da Companhia de Jesus e da Inquisição, factos que eram vistos com reservas em 1912. Em 1937, os Jesuítas passam a ser considerados uma instituição da maior relevância e a Inquisição é julgada útil não apenas por ter afastado «o perigo judaico conservando a unidade espiritual de Portugal», mas também porque, sendo «um órgão de defesa do Estado nessas épocas», concorreu «para a manutenção da ordem pública». Os heróis destacados nas duas edições são substancialmente os mesmos, mas há alterações importantes: Gomes Freire de Andrade é pura e simplesmente eliminado, o marquês de Pombal começa a ser visto com reservas, devido à expulsão dos Jesuítas, e Nuno Álvares Pereira, que passa a ser o Santo Condestável, é engrandecido não apenas como chefe militar (o que já acontecia em 1912), mas pela sua fé e santidade. Curiosamente também, o aio de Afonso Henriques, Egas Moniz, é retirado da edição de 1937, provavelmente apenas para não manchar a

imagem do primeiro rei com uma falta de cumprimento à sua palavra (noutros manuais de data posterior voltará a integrar a galeria dos heróis). A Revolução de 1820, bem como a revolução republicana e, de uma forma geral, todo o período do constitucionalismo liberal, passam a ser objecto de tratamento curtíssimo e eminentemente negativo. São introduzidas, entretanto, referências elogiosas aos governos ditatoriais de João Franco e de Sidónio Pais e, como era de esperar, os maiores encómios são reservados para a revolução de 28 de Maio e para a acção do «grande estadista e Chefe que se chama António de Oliveira Salazar», que iniciou o «período de engrandecimento nacional» e conseguiu que Portugal «sirva agora de exemplo e modelo a todas as Nações civilizadas».

Dum outro manual, igualmente para o ensino primário e de que existe também uma primeira edição ainda do século XIX, comparámos as edições de 1928 (onde, apesar da data, não há reflexos directos da Ditadura), de 1932 e de 1938<sup>10</sup>. Embora com algumas *nuances* importantes, os resultados vão no mesmo sentido do manual anteriormente analisado. As grandes diferenças são entre as edições de 1928 e de 1932 mas, mesmo entre esta e a de 1938, continua o processo de depuração. A imagem dos reis é progressivamente adoçada (por exemplo, em relação a D. Teresa, a D. Afonso Henriques, a D. Fernando, a D. João III). A partir da edição de 1932, Nuno Álvares Pereira ganha a sua aura religiosa, desaparecem acontecimentos como o abandono das praças de África no reinado de D. João III, é desculpabilizada a acção da Inquisição, o marquês de Pombal deixa de realizar «excelentes medidas». Na edição de 1928, Gomes Freire de Andrade tem um grande retrato e é um general «ilustre em várias guerras da Europa»; em 1932 perde o retrato e já é só «ilustre general»; em 1938, mantém-se a referência à sua morte, mas deixa de ser «ilustre». Vejamos só mais um exemplo. Na edição de 1932 é incluída uma série de vinte e duas narrativas sobre figuras e acontecimentos marcantes<sup>11</sup>. Na edição de 1938, eclipsa-se mais uma vez Egas Moniz (substituído – que coincidência! – por um texto sobre suseranos e vassalos) e desaparecem figuras incómodas como Geraldo Sem Pavor, D. Pedro I e Leonor Teles<sup>12</sup>.

A análise, embora menos demorada, que fizemos de outros manuais destinados ao ensino primário e ao ensino secundário permite-nos fazer, desde já, uma primeira caracterização do discurso histórico durante o salazarismo, que preferimos, no entanto, deixar para um pouco mais à frente. Gostaríamos, no entanto, de reforçar a ideia de que, em termos escolares, é a partir dos anos 30 que o regime intensifica o controlo ideológico sobre a História, controlo que se vai reforçando até à Segunda Guerra Mundial e que

só a partir de então se atenuará um pouco. Por outro lado, parece-nos oportuno sublinhar o papel fundamental que os manuais escolares desempenham na transmissão da memória oficial.

Esta função do manual escolar era reforçada pelo regime do livro único (imposto em 1936) e pelo rígido controlo exercido sobre a instituição escolar. Maria Filomena Mónica escreveu, a propósito do ensino primário, que «o regime (...) esforçou-se sobretudo por concentrar todo o poder na cúpula de uma administração já altamente centralizada. O Estado decidia e supervisava em matérias de currículos, compêndios e métodos didácticos, tinha a seu cargo a preparação e o pagamento dos professores, construía e baptizava escolas, escolhia a decoração dos edifícios e elaborava as provas de exame»<sup>13</sup>. Tudo isto se aplica, praticamente sem ser preciso alterar uma vírgula, ao ensino secundário. Um exemplo da importância do controlo didáctico feito através do livro único – que era, junto aos exames nacionais, uma forma importante de impor os conteúdos da aprendizagem – é dado por um decreto de 1934, que estabelece expressamente: «O processo de ensino da História é expositivo. Todavia, para que o seu emprego seja profícuo, é indispensável que a exposição se amolde, nas suas linhas gerais, ao compêndio adoptado. A experiência mostra que, quando há divergência sensível entre o livro e o professor, se estabelece confusão no espírito dos alunos»<sup>14</sup>.

O manual escolar tornava-se assim um instrumento de normalização ideológica, ao serviço de um único modelo de História. O professor ficava manietado na sua eventual capacidade de iniciativa e o aluno, incitado à passividade e ao conformismo, era praticamente obrigado a usar o manual como fonte única de aprendizagem, sendo avaliado pela sua capacidade de memorização, tão à letra quanto possível, do respectivo texto. Embora seja difícil avaliarmos qual o impacto real que um tal sistema de ensino teve na formação dos alunos, a verdade é que, inconscientemente, o estudante interiorizava todo um modelo de História, com resultados que seria interessante analisar hoje em termos sociológicos.

Não era, no entanto, apenas a escola o único meio para inculcar nos indivíduos a formação nacionalista implícita na versão histórica oficial. Outra forma de endoutrinação era a propaganda veiculada através do discurso político, o qual está, até à exaustão, recheado dos lugares-comuns do imaginário histórico oficial. Não havia ministro nem qualquer outro responsável político que perdesse uma oportunidade, fosse ela qual fosse, de recheiar com «pérolas históricas» as suas intervenções públicas, na demonstração mais clara da função ideológica da História. Este tipo de propaganda política ganha uma maior projecção, em termos de grande público, com o

aparecimento da Radiodifusão oficial, cujas emissões regulares, ainda a título experimental, se iniciaram em 1933. Também nas relações entre a História e a oratória política, Salazar é um caso especial e pode eventualmente evocar-se também aqui o pragmatismo que lhe é característico: nos seus discursos, de uma maneira geral, tem alguma parcimónia no uso da História, chegando a evocar, no período da sua ascensão, uma certa desconfiança em relação ao que, no culto do passado, podia tornar-se passadismo<sup>15</sup>; noutras ocasiões, porém, sobretudo depois de consolidado no poder e particularmente quando se dirige à juventude, não hesita em desenvolver longamente a argumentação histórica fixada pela memória oficial.

Além da escola e da propaganda política, outras formas são utilizadas na manipulação da memória, formas essas eventualmente mais eficazes, sobretudo para uma população maioritariamente não alfabetizada. Trata-se daquilo a que poderíamos chamar a *cenografia histórica* e que se traduz quer na recuperação de alguns monumentos quer numa verdadeira febre comemorativista que se manifesta, para lá dos discursos e dos inevitáveis congressos, em espectáculos populares, cortejos e grandes exposições e se perpetua através da estatuária e da toponímia. Vejamos, brevemente, como.

O restauro de monumentos, ressalvado o papel meritório de ter salvo da ruína um bom número de edifícios, representava uma clara função ideológica. Dizia Salazar, em 1943: «Quando, ao lado da ponte ou da estrada que lançamos para comodidade dos povos, reparamos o castelo ou o monumento, reintegramos a pequena igreja secular ou o mosteiro abandonado, alguns não vêem que trabalhamos por manter a identidade do ser colectivo, reforçando a nossa personalidade nacional»<sup>16</sup>. Não é por acaso que Salazar (numa frase que merecia uma análise mais fina) cita o castelo, a igreja e o mosteiro. São esses monumentos, e quase exclusivamente os da época medieval, que merecem a atenção prioritária do organismo responsável, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, criada em 1929. Os castelos tinham o duplo significado emblemático que muitos séculos antes lhes atribuíam os seus construtores: símbolos aristocráticos da autoridade do rei e da sua força contra as ameaças externas e as traições internas eram, ao mesmo tempo, o garante da ordem pública, para prevenção dos desmandos e castigo dos prevaricadores. Eram uma fotografia com seiscentos anos da imagem que o poder salazarista tinha de si próprio. A atenção aos mosteiros e igrejas medievais pretendia, por sua vez, que se fizesse a associação imediata entre poder político e autoridade religiosa, ordem e fé, os dois valores que, segundo a cartilha oficial, desde a noite dos séculos garantiam a grandeza da nação.

Os critérios de reconstrução favorecem tais objectivos. Esses critérios são: a restituição da traça original do edifício, mesmo que seja preciso destruir pelo caminho modificações e acrescentos de boa qualidade artística; a reconstituição conjectural e estereotipada quando se conhece pouco do original (vejam-se os castelos de Guimarães e de São Jorge, em Lisboa); a libertação de todos os edifícios envolventes, supostamente para favorecer a dignidade do monumento<sup>17</sup>. Há como que um fetichismo da pureza do edificado, de modo a que nada o afecte na sua simbologia. Ao mesmo tempo que se tinham estes cuidados paternos com igrejas e castelos, deixava-se adulterar, irremediavelmente, o tecido urbano da maioria das cidades ou arrasava-se, entre 1943 e 1947, a «Alta» de Coimbra, num serôdio impulso mussoliniano<sup>18</sup>.

As comemorações dos aniversários, dos centenários, dos milénios eram outra forma de levar a História, uma visão da História, ao grande público. Na impossibilidade de inventariá-las todas, refiram-se as principais comemorações: 550 anos da Batalha de Aljubarrota (1935); Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal (1940); Centenário do Descobrimento da Guiné (1946); Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros (1947); Centenário da Restauração de Angola (1948); Milenário de Guimarães (1950); Centenário do infante D. Henrique (1960), etc. etc. (repare-se, como quase todas elas apontam para três períodos: Fundação, Expansão, Restauração). O Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) – mais tarde, Secretariado Nacional de Informação (SNI) –, a quem competia a organização dos festejos, dizia lapidarmente: «Respeitamos o passado, saberemos torná-lo presente», o que pretendia fazer «utilizando todos os grandes valores e todas as grandes datas da nossa História, como símbolo e lição aos Portugueses de hoje»<sup>19</sup>. Nessas comemorações procura-se incluir quase sempre uma vertente de festa popular, traduzida em reconstituições e cortejos históricos, de que o cineasta Leitão de Barros se tornará um verdadeiro especialista<sup>20</sup>.

As mais importantes de todas as comemorações foram, sem dúvida, as do duplo centenário da independência e da restauração de Portugal, em 1940, acontecimento de dimensão nacional com que Salazar pretendia, entre outros objectivos, «dar ao povo português um tónico de alegria e de confiança em si próprio»<sup>21</sup>. As comemorações tiveram efectivamente âmbito nacional e culminaram na Exposição do Mundo Português, com que se propunha dar «uma lição viva de História de Portugal», com especial incidência na sua dimensão colonial, e mostrar as grandes realizações do regime. Se os objectivos de propaganda internacional se frustraram com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a Exposição, que acolheu muitos milhares de visitantes,

cumpriu internamente a sua função de inculcação de uma certa consciência histórica, que se pretendia optimista e confiante da grandeza da pátria e do seu império<sup>22</sup>.

A *estatuomania*, de que fala Maurice Agulhon<sup>23</sup>, é outra das manifestações do comemorativismo. Em nenhuma época como nas décadas de 30 e 40, houve uma tal preocupação oficial pela estatuária pública, o que faz com que José-Augusto França reconheça, nesses anos, uma geração de escultores que se afirmaram, primeiro que tudo, como estatuários<sup>24</sup>. Para lá dos próceres do regime, passam-se ao mármore e ao bronze sobretudo figuras históricas. Quem? Viriato, reis da primeira dinastia, o infante D. Henrique, navegadores, D. João III, D. João IV e pouco mais. Também neste domínio é limitado o espectro da notoriedade histórica.

Embora de passagem, importa abordar ainda dois outros veículos de inculcação de valores históricos: o cinema e as publicações de grande divulgação. Num e noutro caso, a iniciativa continuou a pertencer ao Estado. No campo do cinema, o SPN/SNI produziu ou deu apoio à produção de um número apreciável de filmes de ficção e documentais com temática histórica. Citem-se, a título de exemplo, as superproduções de Leitão de Barros *Inês de Castro* (1945) e *Camões* (1946) ou, na vertente colonialista, *Feitiço do Império* (1940) de António Lopes Ribeiro, e *Chaimite* (1953), de Jorge Brum do Canto.

O SPN/SNI promoveu ainda a publicação de pequenos livros de grande divulgação, organizados em três colecções: *Grandes Portugueses* (vinte e três títulos, dos quais dezoito sobre figuras anteriores ao século XVII e só um contemplando o século XIX, sobre D. Miguel); *Grandes Portuguesas* (só quatro títulos!); e uma terceira colecção, destinada a um público mais infantil, chamada *Pátria* (com quarenta e três títulos, dos quais trinta e cinco contemplam a História até ao século XVI)<sup>25</sup>. As três colecções têm o mesmo aspecto gráfico: papel barato, gravura na capa imitando as antigas gravuras em madeira; e títulos sugestivos, muitos deles ao jeito dos contos populares (*História dos três amigos e da milagrosa batalha de Alcácer*, *História do grande marinheiro que o mar enfeitiçou*, etc.). Pretende-se, obviamente, imitar o velho folheto de cordel, ainda corrente no interior do País até ao fim dos anos 50. O SNI, da mesma forma que ensaiava um pseudofolclore que pouco tinha a ver com as deprimentes condições de vida da maioria da população rural, inventava uma memória histórica que contrabandeava como memória popular.

Creio que chegou a altura de arrumar um pouco o que fica dito e tentar caracterizar os conteúdos do discurso histórico dominante durante o salazarismo<sup>26</sup>. Penso que, sinteticamente, se podem apontar como principais características dessa História oficial: a permanência; o providencialismo; a descontinuidade; o maniqueísmo; o etnocentrismo; e a hipervalorização do herói individual.

A *permanência*, a recusa da mudança, é uma das características nodais deste modelo de História, o que o torna, paradoxalmente, a-histórico. Pressupõe-se uma imobilidade dos comportamentos e dos valores, que faz da tradição<sup>27</sup> um valor absoluto, em função do qual se recusa a aceitação de quase todas as novidades. Quando se diz que «a Pátria é eterna» quer expressar-se o desejo não apenas da sua infinitude temporal, mas sobretudo a vontade de que seja invulnerável à mudança<sup>28</sup>.

A referida permanência decorre de uma espécie de «destino» nacional que se configura no *providencialismo* que apontávamos como outra característica. Esse providencialismo, de origem obviamente católica, traduz-se numa espécie de função missionária e carismática atribuída por Deus a Portugal, desde a origem dos tempos<sup>29</sup>. A História torna-se quase confessional, dando lugar a um evidente retrocesso em relação à historiografia romântica e positivista, recuando quase até à história sacra do Antigo Regime. As consequências políticas da missão religiosa atribuída por Deus à nação portuguesa são a aliança entre o poder político e a Igreja, o que faz com que a memória histórica oficial esqueça os conflitos que ao longo dos séculos houve em Portugal entre a monarquia e a ordem eclesiástica e vitupere, como desvios imperdoáveis à tradição, as políticas religiosas do marquês de Pombal, do liberalismo e da Primeira República. Por outro lado, é deste providencialismo que decorre a teoria do *sakvador*: sempre que a Pátria está, supostamente, em perigo, a providência encarrega-se de enviar, sob a forma de um guerreiro ou de um político, o seu messias português. Por fim, esta proclamada vocação religiosa da nação portuguesa levou a que se passasse a considerar Portugal como um país de «heróis e de santos» (um dos lugares-comuns mais repetidos), mesmo que a realidade ensinasse que não abundavam nas hagiografias os canonizados portugueses.

Talvez nem todos estivessem tão confiantes como o professor primário Domingos Evangelista, mas a verdade é que muitos como ele não duvidavam «da eternidade e da predestinação da Pátria portuguesa, da protecção por Deus dispensada à heróica terra de Santa Maria desde o prélio de Ourique, em que as chagas do Homem-Deus sagraram a nossa bandeira homérica» (sic)<sup>30</sup>. Com um pouco mais de elegância, Salazar dizia praticamente

o mesmo: «Sob o olhar benigno da Providência contamos já oito séculos de trabalhos, de sofrimentos, de lutas, de liberdade e, se é sempre o mesmo perigo, é sempre o mesmo milagre. O grito de Ourique tem de séculos a séculos reboado por montes e vales, penetrou nas veias, caldeou o sangue deste povo, tornou coesa a sua massa»<sup>31</sup>.

Trata-se, igualmente, de uma *História descontínua*. Não na exposição que, em geral, sobretudo na historiografia escolar, é cronológica, seguindo o desenrolar das dinastias. É descontínua porque a História de Portugal é apresentada como uma sucessão de períodos solares, interrompidos por intervalos de penumbra, quase sempre de tal forma silenciados que quase se tornam buracos negros de não-história. Os períodos solares plenos são o da formação de Portugal (período que pode recuar até Viriato) e o da expansão. Segue-se a sombra do período filipino mas as nuvens depressa são afastadas com a Restauração, que abre uma nova fase luminosa. Em meados do século XVIII, com o marquês de Pombal, o céu volta a nublar-se, melhora com D. Maria I, mas depressa a escuridão desaba com o liberalismo oitocentista, a «centúria funesta», como João Ameal a classifica<sup>32</sup>. O Sol só surge outra vez, luminoso e firme, com o 28 de Maio. O declinar dos períodos áureos não resulta de qualquer quebra da acção providencial (quando muito é, cristãmente, uma forma de pôr o País à prova) nem de nenhum processo interno de decadência (conceito querido da historiografia liberal, agora praticamente banido). Resulta, sim, de factores externos, eventualmente agravados pela acção dos maus Portugueses.

É aqui que se insere o *maniqueísmo* que antes referia como outra característica deste tipo de representação histórica. A maioria dos Portugueses são bons, porque agem de acordo com a tradição e os desígnios da providência. No entanto, há também alguns – raros – maus Portugueses<sup>33</sup> que, por influência das ideias deletérias vindas do estrangeiro, podem, num determinado momento, pôr a Pátria em perigo<sup>34</sup>. É, aliás, apenas a acção dos maus Portugueses que introduz na sociedade portuguesa a conflitualidade, que coincide exclusivamente com os períodos sombrios. Mas, quando isso acontece, a providência vela e há-de, a qualquer momento, mandar um salvador que, com o apoio dos bons Portugueses, volte a conduzir a Pátria ao seu caminho tradicional de paz e autoridade incontestada.

A História na interpretação salazarista é violentamente *etnocêntrica*, o que de certo modo se explica também pela visão providencialista, que torna Portugal quase um povo eleito, logo com um destino exclusivo. Se mesmo no que respeita à restante Europa quase não se referem interdependências com Portugal, que vive em vaso fechado, a situação agrava-se em relação aos

povos étnica e religiosamente diferentes. Os Muçulmanos, apesar da sua longa permanência no território que veio a ser Portugal, não têm existência própria, a não ser como objecto de conquista. Não há a mínima referência a qualquer contributo civilizacional, a qualquer figura pública, a qualquer iniciativa por eles tomada, muito menos ao facto de o entendimento pacífico ter sido tão frequente como a guerra. Em relação aos povos com que Portugal entra em contacto em África, na Ásia e na América, a situação é semelhante (jamais são sujeitos históricos), embora apresentada com um paternalismo que roça frequentemente o racismo: os Portugueses, imbuídos da sua função missionária, levaram a civilização aos povos bárbaros, menorizados pela falta de fé em Cristo<sup>35</sup>. Nessa função, os Portugueses teriam utilizado sempre formas de humanidade e de convivência pacífica, mas, quando desrespeitada a sua superioridade moral, a legítima fúria foi terrível. E, afinal, os heróis da colonização são Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro ou Mouzinho de Albuquerque, todos heróis guerreiros.

A *hipervalorização do herói individual* é, neste tipo de História, um pressuposto. Toda a acção, mesmo a de carácter colectivo, é atribuída ao herói isolado, que, apenas inspirado pela providência, encontra as soluções ideais, derrota os inimigos, faz crescer as actividades económicas. O conhecido autor de manuais escolares António G. Mattoso teorizava a propósito, dizendo: «São os 'chefes' que personificam a consciência nacional, que corporizam a alma da nação, que incarnam os desejos da colectividade, que dão vida aos anseios da Grei»<sup>36</sup>. Por seu turno, revelando maior militância, o professor primário Silvestre de Figueiredo achava, ensinava aos seus alunos e recomendava aos seus colegas que era um «conceito bolchevista defender que não são os chefes mas os soldados que vencem as batalhas». Tratava-se, dizia ele, de uma forma de «atacar os princípios hierárquicos e de exaltar o dementado propósito da igualdade e da soberania do povo»<sup>37</sup>.

Os heróis que preenchem a memória oficial do Estado Novo são, sobretudo, os homens de acção<sup>38</sup>, quer no campo militar e político quer, de certo modo, no religioso. Seria fastidioso enunciar essa lista que, aliás, a maioria dos Portugueses com mais de quarenta anos ainda identifica sem dificuldade (o que mostra alguma eficácia das formas de transmissão). Se compararmos tal lista com a dos heróis que o nacionalismo liberal já compendiará, veremos, como deixámos sugerido quando falámos dos manuais escolares, que, para lá das semelhanças (as grandes figuras são substancialmente as mesmas), há também muitas diferenças. Esses heróis vão perdendo cada vez mais a sua historicidade, tornando-se símbolos fantasmáticos dos

valores queridos ao regime, «enraizando a acção política num passado intemporal, não sujeito à contingência e à complexidade da História»<sup>39</sup>. Por outro lado, o catolicismo ganha um peso cada vez maior e, como já referi, não só os santos passam a perfilar-se ao lado dos heróis como os próprios heróis são santificados.

Um terceiro aspecto, nesta área, que merece um pouco mais de destaque, é o expurgo a que o salazarismo submete algumas das figuras tutelares do constitucionalismo monárquico e republicano. O primeiro a ser apeado é Gomes Freire de Andrade, um dos fundadores míticos do liberalismo, que passa a ser agora omitido ou definitivamente classificado como «mau português e mau soldado»<sup>40</sup>. Para o *index* da memória são também enviados todos os heróis liberais como, por exemplo, Manuel Fernandes Tomás e Mouzinho da Silveira, sobrevivendo à enxurrada apenas algumas figuras militares dessa época. Dos fundadores da I República também nenhum se salva, remetidos sem apelo para o limbo dos sinistros agentes da Maçonaria. O próprio Pombal, que os liberais aceitavam como precursor do Estado laico, é, por isso, visto agora com desconfiança. É verdade que, por um lado, lhe era reconhecido o positivo reforço da autoridade do Estado, mas permanecia a mancha da expulsão dos Jesuítas, que os responsáveis católicos não lhe perdoam<sup>41</sup>. É, por isso, no meio de alguma polémica que se conclui, em 1934, a estátua ao ministro de D. José, aliás, uma iniciativa que vinha do regime anterior.

Dos heróis instituídos pela I República apenas são recuperados Gago Coutinho e Sacadura Cabral, autores de uma travessia aérea que se pretendia a continuação moderna (até pelos meios) da aventura dos Descobrimentos, e que foi objecto de um processo de mitificação quase imediato, que merecia estudo mais prolongado.

Para apurarmos quais são os verdadeiros heróis do salazarismo, à falta de meios mais rigorosos (seria possível, por exemplo, quantificar as citações em discursos oficiais), recorramos às preferências do próprio Salazar. Quando, num dos seus discursos, infelizmente já um pouco tardio, tem de referir nomes de heróis pátrios, cita apenas sete. Como não o faz por ordem cronológica, imagina-se que os organiza pela ordem de importância relativa que lhes atribui. São eles: o infante D. Henrique, D. Nuno Álvares Pereira (a quem chama Santo Condestável), D. João I, D. Dinis e mais três Jões (II, III e IV)<sup>42</sup>. Três desses heróis (Nuno Álvares Pereira, João I e João IV) são «salvadores» da Pátria em situações dramáticas; o príncipe Henrique é a encarnação do sonho imperial e da missão missionária universalista; João II representa a centralização do poder; João III é o defensor do catolicismo<sup>43</sup> e o

continuador da missão de evangelização. Só D. Dinis faz aqui, se vejo bem, figura de intruso, chamado apenas para satisfazer as corporações da cultura. Os legítimos heróis de Salazar são aqueles que cita primeiro: o Infante e Álvares Pereira<sup>44</sup>; não por acaso escolhidos para patronos da Mocidade Portuguesa e «guias ideais» da juventude<sup>45</sup>. Tanto um como outro dos dois heróis referidos ganharam, por sucessivas adaptações, uma estrutura mítica semelhante: homens de acção mas imbuídos de misticismo, seres solitários, ascéticos e castos<sup>46</sup>, entregues, sem reserva, ao engrandecimento da Pátria, que não esqueceram o serviço de Deus. A analogia com o próprio Salazar é demasiado evidente para ser necessário sublinhá-la.

Aliás, foi promovida deliberadamente uma identificação com Salazar, não apenas em relação a essas duas figuras mas praticamente a todos os grandes chefes da mitologia oficial, quer na modelação da própria figura histórica (adequando o passado ao presente) quer no seu aproveitamento posterior<sup>47</sup>. Trata-se, de facto, de uma História tão profundamente ideologizada, tão política na sua génese (resulta do esforço impositivo do Estado), que é praticamente o espelho do próprio regime. Parece-me, por isso, que ela pode esclarecer algumas das características do salazarismo, pois, através do passado, são os valores político-ideológicos do presente que se projectam: 1) um respeito reverencial pela autoridade do chefe, com o reconhecimento do poder indiscutível e providencial de Oliveira Salazar; 2) uma atitude conservadora e tradicionalista, que inscreve o Estado Novo numa lógica de permanência histórica, de que decorrem a recusa do liberalismo e a desconfiança em relação às novidades e às rupturas; 3) um nacionalismo exacerbado, que aparentemente reage a qualquer influência estrangeira e que em boa parte se realiza através da dimensão colonial; 4) e como um dos aspectos mais importantes, uma fortíssima componente religiosa católica que se traduz, a nível estratégico, na importância atribuída à aliança com a Igreja, a qual, ao nível da ideologia, influenciará profundamente o projecto político do regime, estando na base da sua recusa em auto-intitular-se fascista.

<sup>1</sup> Jacques Le Goff, «Memória», in *Enciclopédia Einaudi*, vol. I: *Memória-História*, INCM, Lisboa, 1984, p. 38.

<sup>2</sup> Decreto nº 21 103, de 7 de Abril de 1932. Transcrito in *Boletim da Associação de Professores de História*, nº 0, Fevereiro de 1981, pp. 39-40. Este decreto recebeu na época referências muito elogiosas dos sectores da Direita radical. Cfr. J. D. Garcia Domingues, «O ensino da História de Portugal», in *Revolução*, nº 60, 25 de Abril de 1932.

- <sup>3</sup> Alfredo Pimenta, «Filosofia da História», in *Novos Estudos Filosóficos e Críticos*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1935. Trata-se de um artigo publicado alguns anos antes no *Diário de Notícias*, em data que não pude determinar.
- <sup>4</sup> Teófilo Braga, «O centenário do Marquês de Pombal», in *O Positivismo*, vol. IV, 1882, cit. in Sérgio C. Matos, «História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Século XIX», in *Penélope*, nº 8, Outubro de 1992, p. 51.
- <sup>5</sup> Sérgio C. Matos, *ibid.*, p. 70.
- <sup>6</sup> João Ameal e Rodrigues Cavalheiro, *Erratas à História de Portugal. De D. João V a D. Miguel*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1939.
- <sup>7</sup> Arsénio Augusto Torres de Mascarenhas, *Novo Resumo de História de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, 1888; *Resumo de História de Portugal*, Lisboa, 1912; *História de Portugal*, remodelada e ampliada (...) por João Afonso Miranda, Lisboa, 1937. A obra continuou a ser reeditada nos anos seguintes (4ª ed., 1944).
- <sup>8</sup> Maria Carlos Radich confrontou as edições de 1912 e de 1927, transcrevendo largos extractos de cada uma delas. Ver M. C. Radich, *Temas de História em Livros Escolares*, Afrontamento, Porto, 1979, pp. 106-29.
- <sup>9</sup> Algumas diferenças, embora de pormenor, são curiosas e revelam, apesar de tudo, o carácter profundo de regime: onde, na edição de 1888, se diz que D. João IV «foi legitimamente aclamado rei», diz-se, na edição de 1912, que o mesmo monarca «foi solenemente aclamado rei».
- <sup>10</sup> António Figueirinhas, *História para a 3ª e 4ª classes*, Casa Editora de A. Figueirinhas, Porto, 1928; *História para a 4ª classe*, Livraria Educação Nacional, Porto, 1932 e 1938.
- <sup>11</sup> Trata-se de Egas Moniz; Cruzados; Mem Ramires; Geraldo sem Pavor; Gonçalo Mendes da Maia; Batalha de Navas de Tolosa; Martim de Freitas; D. Pedro I; D. Leonor Teles; Alcaide de Faria; D. Nuno Álvares Pereira; infante de Sagres; Infante Santo; Batalha de Toro e o Decepad; Viagem de Vasco da Gama; Heróis da Índia; D. João de Castro; Alcácer-Quibir; Regresso de D. João VI do Brasil; Vilafrancada e Abridada; Figuras das lutas liberais; Gago Coutinho e Sacadura Cabral.
- <sup>12</sup> A «eliminação» de Leonor Teles compreende-se sem dificuldade, sobretudo se se tiver em conta que a narrativa era um pretexto para contar a revolta dirigida pelo alfaiate Fernão Vasques (um tema caro à historiografia liberal); Geraldo Sem Pavor era demasiado independente do poder central; a antipatia contra D. Pedro I decorria provavelmente da aprovação do Beneplácito Régio, que limitava a autonomia da Igreja.
- <sup>13</sup> Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Presença/GIS, Lisboa, 1978, p. 153.
- <sup>14</sup> Decreto-lei nº 24526, de 6 de Outubro de 1934.
- <sup>15</sup> «Atrevo-me a dizer que estamos demasiadamente presos à memória dos nossos heróis – nunca, aliás, querida e venerada em excesso –, demasiado escravizados a um ideal colectivo que gira sempre à roda de glórias passadas e inegaláveis heroísmos. O nosso passado heróico pesa demais no nosso presente» (A. de Oliveira Salazar, prefácio a António Ferro, *Salazar: O Homem e a sua Obra*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1933, p. XXXIX).
- <sup>16</sup> Discurso de 27 de Abril de 1943, in Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. III: 1937-1943, Coimbra Editora, Coimbra, 1943.
- <sup>17</sup> José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1974, pp. 457-58; Nuno Teotónio Pereira e José Manuel Fernandes, «A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959», in *O Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarcia*, vol. II, Fragmentos, Lisboa, 1987, pp. 332-34.
- <sup>18</sup> *A Velha Alta Desaparecida*, álbum comemorativo das Bodas de Prata da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra, Almedina, Coimbra, 1984.
- <sup>19</sup> *Catorze Anos de Política do Espírito*, SNI, Lisboa, 1948.

- <sup>20</sup> José Matos da Cruz, *Leitão de Barros*, Cinemateca Portuguesa, Lisboa, 1982.
- <sup>21</sup> Nota oficiosa de 27 de Março de 1938, in Salazar, *ibid.*, vol. III, 1943, p. 42.
- <sup>22</sup> «Os que teimam em considerar-nos uma nação pequena não contam com o nosso Império Colonial, nem com esse país infinito da nossa História» (António Ferro, *Panorama dos Centenários*, SNI, Lisboa, 1949, p. 21). «O ano de 1940 (...) é a data memorável da última grande batalha dos Portugueses contra si próprios, contra o seu fatalismo, a sua descrença, a sua dúvida sistemática, doentia, das suas possibilidades» (*ibid.*, p. 29).
- <sup>23</sup> Maurice Agulhon, «La 'statuomanie' et l'histoire», in *Ethnologie Française*, VIII, 1, 1978. Republicado em *Histoire vagabonde*, Gallimard, Paris, 1988, vol. 1, pp. 137 segs.
- <sup>24</sup> José-Augusto França, *ibid.*, p. 255; id., «Os Anos 40 na Arte Portuguesa» e «A Estatuária», in *Arte Portuguesa. Anos Quarenta*, vol. I, Gulbenkian, Lisboa, 1982.
- <sup>25</sup> A lista completa de títulos destas colecções foi publicada por Luís Reis Torgal, *História e Ideologia*, Minerva, Coimbra, 1989, pp. 273-75.
- <sup>26</sup> Entre a bibliografia disponível sobre o assunto, permito-me destacar o livro muito esclarecedor de Sérgio Campos Matos sobre o ensino da História nos liceus em 1895-1939: *História, Mitologia, Imaginário Nacional*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990, bem como as obras já citadas de Luís Reis Torgal, Maria Carlos Radich e Maria Filomena Mónica.
- <sup>27</sup> «Um dos mais altos objectivos do 28 de Maio e da evolução por ele determinada na política e no direito é o restabelecimento do Estado nacional e autoritário: restabelecimento, digo, porque o Estado Português, quando se constituiu na Península e quando se dilatou pelo mundo, foi com toda a virtualidade inerente a essas duas características essenciais. (...) Só muito mais tarde chegámos à desorganização do Estado e do Poder Público pela implantação dos partidos e das clientelas em regime de lutas políticas e civis» (Salazar, discurso de 26 de Maio de 1934, *ibid.*, vol. I, 5ª ed., 1961, pp. 339-40).
- <sup>28</sup> «Nós os que aqui estamos, somos um simples elo na cadeia do tempo; só a Pátria se afirma na perenidade dos séculos» (Salazar, discurso de 11 de Julho de 1947, *ibid.*, IV, 1951, p. 284).
- <sup>29</sup> «Nascemos já como nação independente no seio do catolicismo (...). Da forma como despertámos para a independência, misto de religiosidade e de sentido político na luta contra o sarraceno, e da vocação apostólica e universal do catolicismo, que nos estava no sangue, nasceu, com o expansionismo das navegações, o ideal missionário» (id., discurso de 25 de Maio de 1940, *ibid.*, III, 1943, pp. 232-33). «Portugal nasceu à sombra da Igreja e a religião católica foi, desde o começo, elemento formativo da alma da Nação e traço dominante do carácter do povo português. Nas suas andanças pelo mundo – a descobrir, a mercadejar, a propagar a fé – impôs-se sem hesitação a conclusão: português, logo católico. (...) [A religião católica] foi um dos mais poderosos factores da unidade e coesão da Nação portuguesa» (id., discurso de 7 de Janeiro de 1949, *ibid.*, IV, pp. 370-71).
- <sup>30</sup> Domingos Evangelista, «O professor primário, apóstolo dos novos rumos e da eternidade da pátria portuguesa», in *Escola Portuguesa*, nº 214, 30 de Novembro de 1938, p. 92.
- <sup>31</sup> Salazar, discurso de 14 de Agosto de 1936, *ibid.*, II, 2ª ed., 1945, p. 176. O ex-ministro da Educação Carneiro Pacheco teorizava, por sua vez: «Todo o esforço da raça é, desde o berço dirigido (...) a um esforço bem marcado – criar uma pátria e cristianizar o mundo; e sempre Portugal se afirmou, como povo civilizador (...) pela invencível irradiação do espírito de cruzada» (discurso de 25 de Junho de 1940, in *Portugal Renovado*, Lisboa, 1942, p. 371). Numa outra ocasião, invocava «o passado de oito séculos de História, intimamente ligada à da própria Igreja por um tecido de altos ideais, de heroísmos, de santidades, em prol da civilização cristã, que estão na base do Império e continuam a iluminar a acção dos portugueses de hoje» (discurso de 20 de Outubro de 1940, *ibid.*, p. 390).
- <sup>32</sup> João Ameal, *História de Portugal* cit. in L. R. Torgal, *ibid.*, p. 92. Para Salazar, «Desde os meados do século passado até 1926 – em monarquia ou em república – a vida partidária (...) deixa de

corresponder aos interesses políticos e distancia-se cada vez mais do interesse nacional» (discurso de 7 de Janeiro de 1949, *ibid.*, IV, 1951, p. 360).

- <sup>33</sup> «Este pequeno país não pode, no nono século da sua história, duvidar da sua realidade de nação. Essa realidade, em que englobamos a independência, a unidade orgânica e a missão civilizadora, é um pressuposto ou ponto de partida e foge a toda a discussão. E daqui este corolário: quem não é patriota não pode ser considerado português» (discurso de 7 de Janeiro de 1949, *ibid.*, IV, 1951, p. 356).
- <sup>34</sup> «Portugueses que nos atacam é porque a sua medida de dignidade patriótica não é a nossa. A nossa tomámo-la daqueles portugueses que valiam mais do que valem e fizeram uma História e criaram uma Nação que somos obrigados, mesmo contra alguns, a respeitar e a defender» (discurso de 27 de Abril de 1943, *ibid.*, III, 1943, p. 415).
- <sup>35</sup> Os descobrimentos e as conquistas «puseram a raça branca em contacto com povos inferiores aos quais levaram os benefícios da civilização cristã; lançaram os missionários no seio das raças diferentes e fizeram com que estes aperfeiçoassem o seu estado social, pela abolição de práticas desumanas, de instituições primitivas e rudimentares» (António G. Mattoso, *Compêndio de História de Portugal* (1938), cit. in Campos Matos, *ibid.*, p. 99).
- <sup>36</sup> António G. Mattoso, *Erros de História. Resposta a um Crítico*, ed. do Autor, Lisboa, 1944, p. 596. A interpretação de Salazar acerca da fundação de Portugal não anda muito longe desta: «Como quem desbrava o campo para cultivar e levanta as paredes de uma casa para nela viver, há muitos séculos grandes chefes traçaram com a espada os limites e disseram: aqui se vai edificar a casa lusitana. Outros a alargaram depois» (discurso de 26 de Maio de 1936, *ibid.*, II, 2ª ed., 1945, p. 138). Tirando as consequências políticas dessa lógica, tinha dito uns anos antes: «Como uma grande família ou uma grande empresa, a Nação precisa, para a defesa dos seus interesses comuns e para a realização dos fins colectivos, duma cabeça coordenadora, dum centro de vida e de acção» (discurso de 9 de Dezembro de 1934, *ibid.*, I, 5ª ed., 1961, p. 371).
- <sup>37</sup> Silvestre de Figueiredo, «Lições de História de Portugal», in *Escola Portuguesa*, nº 217, 22 de Dezembro de 1938, p. 129.
- <sup>38</sup> Tal facto explica que a própria figura de Camões seja relativamente secundarizada nos manuais escolares de História (Campos Matos, *ibid.*, p. 147). É também provável, no entanto, que essa atitude, detectável sobretudo nos primeiros tempos do Estado Novo, seja a reacção, deliberada ou inconsciente, ao verdadeiro culto cívico ao poeta que fora promovido pelos republicanos.
- <sup>39</sup> Henry Rousso, «La Seconde Guerre Mondiale dans la mémoire des droites français», in Jean-François Sirinelli (dir.), *Histoire des droites en France*, vol. II: *Cultures*, Gallimard, Paris, 1992, p. 552.
- <sup>40</sup> A. Rodrigues Cavalheiro, «Um 'mártir' do calendário democrático: Gomes Freire de Andrade», in J. Ameal e R. Cavalheiro, *ibid.*, p. 324.
- <sup>41</sup> L. R. Torgal, *ibid.*, pp. 82-93.
- <sup>42</sup> Salazar, discurso de 29 de Maio de 1949, *ibid.*, IV, 1951, p. 398.
- <sup>43</sup> A política religiosa de D. João III, incluindo a introdução da Inquisição, era, como já foi referido, particularmente bem aceite pela história oficial. D. João III mereceu, pelo menos, uma estátua (Francisco Franco, Coimbra, 1948) e o nome num dos principais liceus da mesma cidade.
- <sup>44</sup> «Esse extraordinário generalíssimo assombroso de misticismo religioso e de génio guerreiro que se chamou D. Nuno Álvares Pereira» (Salazar, Mensagem às escolas do País, 14 de Agosto de 1935, *ibid.*, II, 2ª ed., 1945, pp. 49-50). Sobre Nuno Álvares Pereira, ver também, entre muitas outras, *ibid.*, pp. 54-55.
- <sup>45</sup> «Regulamento da MP», in Lopes Arriaga, *Mocidade Portuguesa. Breve História de uma organização salazarista*, Terra Livre, Lisboa, 1976, p. 135.
- <sup>46</sup> Carneiro Pacheco apontava estas características ao infante D. Henrique: «Escravidão do dever patriótico, firmeza de atitude moral, unidade de pensamento e acção, indiferença à popularidade,

esforço perseverante, decisão e coragem serena, votado à castidade pelos brumosos horizontes de ideal em que trazia os olhos fitos» (discurso de 3 de Maio de 1939, in *Portugal Renovado* cit., p. 341).

<sup>47</sup> Esse tipo de identificação é feito de uma forma implícita mas também muitas vezes explícita, como no caso da conhecida gravura em que, numa suposta imagem de Afonso Henriques, armado com espada, escudo e cota de malha, o rosto é substituído pelo de Salazar, sendo o retrato enquadrado pelas legendas *Salazar, Salvador da Pátria e Ditosa Pátria que tais filhos tem*. Igualmente explícita é a comparação proposta por António Ferro: «Como o infante D. Henrique, na escola de Sagres, debruçado sobre mapas e cartas, ajudado pelo seu cosmógrafo Jaime de Maiorca, ele debruça-se, igualmente, no seu escritório modesto da rua do Funchal, ajudado pelos seus ministros, sobre as contas do Estado, sobre esse Orçamento que já foi um mar tenebroso e que vai clareando, lentamente, ano a ano, verba a verba.. A época é outra, as caravelas, hoje, são transatlânticos, pontes, escolas, portos, oficinas, creches, bairros operários... E um infante D. Henrique que se lembrasse de ressuscitar na nossa época tormentosa, em que a felicidade de um povo oscila entre a sua finança e a sua economia, bem poderia ser um ministro das Finanças, um Oliveira Salazar» (*ibid.*, p. 165). No mesmo sentido, mas de forma ainda mais significativa, pelo carácter prático, vão as sugestões didácticas publicadas em muitos dos números da *Escola Portuguesa*, insistindo na necessidade de os professores primários promoverem, nas suas aulas, a analogia de Salazar com os heróis pátrios. Cfr. *Escola Portuguesa, passim* (por exemplo, 3 de Novembro e 22 de Dezembro de 1938).